

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto Operacional

O Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista, fundado em 13 de setembro de 1881 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiados à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministrar o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Promover ações na área da saúde;
- IV) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- V) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- VI) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VII) Ministrar programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VIII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- IX) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- X) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- XI) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IEP, de conformidade com a legislação vigente;
- XII) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XIII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIV) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Os recursos da Instituição foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o Estatuto Social, demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

Atualmente, a Instituição mantém as seguintes unidades:

- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Taquaral;
- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Santa Bárbara D'Oeste;
- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Lins;
- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Centro;
- **Colégio Piracicabano** - Campus Centro.

1.2. Impostos, contribuições e programa de bolsas

(I) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

O Instituto, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150, inciso VI, alínea C da Constituição Federal;

(II) Programa de integração social - PIS

Em 2011 o Instituto teve o reconhecimento da imunidade do PIS sobre folha de pagamento, pelo processo judicial 005379-06.2000.4.03.61.09;

(III) Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

(IV) Contribuição patronal ao instituto nacional do seguro social - INSS

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - CEBAS e ter reconhecido sua filantropia, a instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 19;

(V) Benefícios do programa universidade para todos - PROUNI

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC com o qual o Instituto firmou termo de adesão desde 2007. A entidade utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades, de acordo com a legislação vigente, detalhada na Nota Explicativa nº 19;

(VI) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Instituição goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na alínea C, do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2019, o Instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 131.651.075 (R\$ 105.124.390 negativo em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido negativo de R\$ 103.486.371 (R\$ 69.190.506 negativo em 31 de dezembro de 2018).

A Administração entende que as medidas de gestão implementadas começam a apresentar resultados, dentre os quais destaca:

- Implementação de planejamento estratégico, cujos pilares são o fortalecimento da confessionalidade e garantia da sustentabilidade;
- Reversão da tendência de queda de matrículas pela captação e retenção de alunos, por meio de ações preventivas de identificação dos principais riscos e pela melhoria dos indicadores de qualidade, alinhados a recursos tecnológicos;
- Ajuste sistemático das despesas e custos adequados à margem de contribuição, como fator preponderante para oferta e manutenção de cada curso;
- Evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;

Atingidos os resultados das ações de controle de gestão, se faz necessário reverter o desempenho dos índices de liquidez pela eliminação dos passivos, principalmente, concentrados em dívidas trabalhistas e tributárias. Para esta frente a Administração busca alienar bens imóveis para injetar os recursos na operação.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

As ações de controle de gestão acima, possibilitaram a reversão da tendência de resultados negativos, conforme Demonstrações de Resultados de 2019, em comparação com 2018, houve melhora do desempenho operacional, negativo em 2018, para 39% sobre a receita líquida em 2019. Para os índices de liquidez a administração tem ações para eliminação de passivos, principalmente, concentrados em operações com partes relacionadas, dívidas trabalhistas e tributárias, através da alienação de bens imóveis, que melhorarão significativamente a liquidez da instituição. Também foram iniciados estudos para parcelamento de débitos tributários e negociação coletiva no âmbito judicial para os processos em andamento.

Eventuais resultados de tais ações, tendo em vista que impactarão exercícios seguintes, são demonstrados como eventos subsequentes conforme nota explicativa nº 31.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação do Resultado Abrangente

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas gratuidade e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 20).

(I) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares;

(II) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(III) Receita diferida - matrículas e mensalidades

As matrículas e mensalidades para o ano letivo subsequente que são recebidas de maneira antecipada, são reconhecidas como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão contabilizadas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras.

As aplicações financeiras compõem-se de fundos de renda fixa. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários).

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Investimentos

Os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

O investimento em coligada, quando aplicável, é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado na mesma data-base do balanço do Instituto. A equivalência patrimonial é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

2.2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 9.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.9. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.10. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

2.2.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.12. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.13. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.14. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Banco - contas correntes	130.279	168.438
Caixa	2.258	2.258
Aplicações financeiras	86	85
Total	132.623	170.781

4. Mensalidades a receber

Descrição	2019	2018
Circulante		
Mensalidades a receber (a)	17.026.016	18.913.139
Fies (b)	9.811.915	6.801.288
Proies (c)	1.450.801	2.255.120
Bolsas restituíveis (d)	1.448.912	1.118.346
Confissão de dívida	829.726	1.419.105
Créditos a receber - cartão de crédito	124.116	14.326
Cheques em cobrança	113.460	200.625
Cheques a compensar	-	35.296
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (a)	(13.970.467)	(12.131.492)
Total	16.834.479	18.625.753
Não Circulante		
Bolsas restituíveis (d)	3.642.285	4.033.470
Total	3.642.285	4.033.470

(a) O saldo de Mensalidades a receber reduziu em 2019, devido à redução do número de alunos e o saldo de PECLD aumentou devido à inadimplência.

(b) O saldo do Fies aumentou em 2019, porque foi utilizado somente para o pagamento de INSS sobre salários.

(c) O saldo do Proies corresponde às concessões de bolsas de estudo a serem utilizadas para abater 90% dos valores mensais do parcelamento constante na Nota Explicativa nº 14.

(d) A instituição oferece desde 1986 o CEI Crédito Educativo Interno - Bolsas Restituíveis, que é atualizado e restituído pelo aluno, conforme determinado em contrato. Nos últimos anos a instituição reduziu a concessão dessas bolsas, porque os alunos têm outras opções de financiamento de mensalidade.

A partir de 2017 o Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos três anos, deduzindo de provisões para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

As renegociações de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido de provisão constituída sobre os cheques em cobrança e confissão de dívida.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Descrição	2019	2018
Mensalidades a receber	(12.680.721)	(10.224.588)
Confissão de dívida	(796.497)	(1.314.367)
Bolsas restituíveis	(379.789)	(391.912)
Cheques devolvidos	(113.460)	(200.625)
Total	(13.970.467)	(12.131.492)

As estimativas de perda foram constituídas a partir da incerteza da realização desse ativo, conforme o critério demonstrado abaixo:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%; e
- Abaixo de 89 dias não constitui estimativa.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos.

5. Contas a receber

Descrição	2019	2018
Impostos a recuperar (a)	2.727.281	2.727.281
ASEBEC Assoc Evangélica Beneficente (b)	1.336.628	1.277.134
Adiantamentos a funcionários e outros	548.038	489.752
Adiantamento a Fornecedores	268.689	797.607
Outros valores a receber	124.976	284.041
Aluguéis a receber	70.906	674.325
Taxas Acadêmicas a Receber	51.849	67.038
Depósito Recursal	24.603	37.176
Total	5.152.970	6.354.354
Não circulante		
PAMHI-Progr.Assist.Med.Hosp.IEP (c)	4.137.058	1.881.687
(-) Redução ao valor recuperável (c)	(4.137.058)	-
TCMEP Empreend. Imobiliários SPE Ltda (d)	1.525.235	1.634.886
ASEBEC Assoc. Evangélica Beneficente (b)	1.336.628	2.554.268
Outros	510.462	452.244
Total	3.372.325	6.523.085

(a) O valor refere-se ao recolhimento indevido de INSS, que foi abatido pelo FIES em 2018 e que será solicitado compensação.

(b) Refere-se ao acordo assinado em 22 de julho de 2016 entre o IEP e a ASEBEC Associação Evangélica Beneficente, conforme Nota Explicativa nº 17;

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

- (c) Visando a melhor estimativa, em 2019, a instituição contabilizou a redução ao valor recuperável do saldo do PAMHI. O Pamhi - Programa de Assistência Médico-Hospitalar do IEP é regido por Portaria da Direção Geral nº 012/13 e prevê sua composição por valores descontados em folha de pagamento, acrescidos de contribuição da instituição na mesma proporção, devido às rescisões ocorridas nos últimos anos, as contribuições sobre folha reduziram gerando déficit no Fundo, o qual foi suportado pela instituição. A Direção estuda alternativas para reestabelecer o equilíbrio do Fundo, sem prejuízos aos beneficiários;
- (d) Referem-se à redução de capital, que foi recebido R\$ 109.651 em 2019 e R\$ R\$ 366.458 em 2018 e o restante será pago conforme disponibilidade de caixa da TCMEP Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, que o Instituto tem participação, conforme Nota Explicativa nº 8.

6. Compromissos a receber

Descrição	2019	2018
Compromissos a receber	5.298.627	4.388.380
Total	5.298.627	4.388.380

2018	Concessões	Amortizações	Juros	2019
4.388.380	1.844.069	(1.526.455)	592.634	5.298.628

Refere-se às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodistas de Ensino, em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal).

7. Depósitos e bloqueios judiciais

Descrição	2019	2018
Depósitos e bloqueios judiciais - LP (a)	6.839.543	1.628.115
Depósito Recursal - LP (b)	2.034.070	1.403.574
Total	8.873.613	3.031.689

- (a) A instituição teve aumento de depósitos judiciais e bloqueios no ano de 2019, relacionados aos processos trabalhistas, conforme nota explicativa nº 16, requerendo os pagamentos das verbas trabalhistas que já estão contabilizadas pela folha de pagamento, não aumentando assim, as despesas de contingências.
- (b) Existem contra o IEP processos de execução da dívida fiscal, movidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) referente ao lançamento das cotas patronais das quais o Instituto está imune, por se tratar de instituição Filantrópica. Contra a pretensão do Fisco o IEP pleiteou a Declaração Judicial da Inexistência do Débito. Para os processos de valores menores, foram efetuados depósitos judiciais. Não foi constituída a provisão face a perspectiva de ganho da causa por parte do IEP.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

8. Investimentos

a. Composição dos saldos

Descrição	2019	2018
Quotas e ações diversas		
TCMEP	162.084	138.530
TCMEP 2	9.880.322	10.153.004
TCMEP 3	1.318.745	1.329.449
Outros	3.944	3.944
Total	11.365.095	11.624.927

b. Movimentação

	TCMEP	TCMEP 2	TCMEP 3	OUTROS	TOTAL
Saldos em 2018	138.530	10.153.004	1.329.449	3.944	11.624.927
Equivalência Patrimonial	158.006	(272.682)	(10.704)	-	(125.380)
Dividendos recebidos	(134.451)	-	-	-	(134.451)
Saldos em 2019	162.084	9.880.322	1.318.745	3.944	11.365.095

Desde 2011 a instituição possui participação na empresa TCMEP3 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., que foi constituída para o Masterplan Empreendimento Imobiliário Multiuso, cuja participação corresponde a 12,28%. Desde junho de 2012 houve o registro das empresas TCMEP Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e TCMEP2 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., também constituídas para o Masterplan, sendo que a instituição participa com 42% na TCMEP e 45% na TCMEP2.

Como a empresa TCMEP foi constituída para o loteamento fechado, cujas vendas já foram realizadas em sua quase totalidade, o Instituto recebeu dividendos no montante de R\$ 134.451 em 2019 e R\$ 408.632 em 2018, que foram integralmente aplicados na atividade da Instituição. No ano de 2015 a TCMEP securitizou os recebíveis, no entanto, o IEP não participou desse processo. Devido à securitização, a TCMEP reduziu o capital, sendo a participação do Instituto correspondente à R\$ 2.982.000, que foi pago R\$ 109.651 em 2019 e R\$ 366.458 em 2018, e o restante será pago conforme a disponibilidade de caixa, esse valor está demonstrado na nota explicativa nº 5.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

9. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de depreciação amortização (%)	2019		2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos (a)		33.403.604	-	33.403.604	33.403.604
Projetos em Execução		936.428	-	936.428	936.428
Edificações (a)	4%	84.307.635	(23.636.594)	60.671.041	64.043.345
Equipamentos de informática	20%	6.382.021	(6.160.975)	221.046	400.867
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	781.197	(781.197)	-	-
Móveis e utensílios	10%	9.019.720	(8.851.420)	168.300	204.490
Máquinas e equipamentos	10%	12.250.169	(11.557.253)	692.916	823.163
Bibliotecas	10%	12.183.871	(11.706.416)	477.454	632.401
Equipamentos de ensino	10%	12.370	(1.031)	11.339	-
Instalações	10%	2.185.071	(2.152.322)	32.749	39.929
Laboratórios	10%	10.100	(1.178)	8.922	9.392
Equipamentos de comunicação	10%	4.684.409	(4.537.391)	147.018	202.755
Veículos	20%	483.566	(483.566)	-	-
Total		166.640.162	(69.869.344)	96.770.819	100.696.374

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

b. Movimentação do custo

	2018	2019			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Terrenos	33.403.604	-	-	-	33.403.604
Projetos em Execução	936.428	-	-	-	936.428
Edificações	84.307.635	-	-	-	84.307.635
Equipamentos de informática	6.375.407	6.614	-	-	6.382.021
Benfeitorias em bens de terceiros	781.197	-	-	-	781.197
Móveis e utensílios	9.003.142	16.578	-	-	9.019.720
Máquinas e equipamentos	12.216.777	33.876	484	-	12.250.169
Bibliotecas	12.161.543	22.327	-	-	12.183.870
Equipamentos de ensino	-	12.370	-	-	12.370
Instalações	2.185.071	-	-	-	2.185.071
Laboratórios	10.100	-	-	-	10.100
Equipamentos de comunicação	4.679.611	4.798	-	-	4.684.409
Veículos	483.566	-	-	-	483.566
Total	166.544.082	96.564	484	-	166.640.162

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

10. Intangível

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	2019		2018
			Amortização	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	20%	7.015	-	7.015	7.015
Softwares	20%	708.405	(465.192)	243.213	343.852
Total		715.420	(465.192)	250.228	350.868

b. Movimentação do custo

Descrição	2018	2019			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Marcas e patentes	7.015	-	-	-	7.015
Softwares	593.619	-	-	-	593.619
Gastos implantação sistemas	114.786	-	-	-	114.786
Total	715.420	-	-	-	715.420

11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Tipo	Tx de juros	Vencido	Garantias	2019	2018
Circulante						
Banco Bradesco	Cap.Giro	0,45% a.m.	ago/20	Umbrella Guarantee + Penhor Direito Cred.	6.044.108	13.814.588
Banco IBM	Arrend.Merc	0,38% a.m.	mai/18	Alienação fiduciária	-	267.124
Total circulante					6.044.108	14.081.712

Descrição	Tipo	Tx de juros	Vencido	Garantias	2019	2018
Não circulante						
Banco Bradesco	Cap.Giro	0,45% a.m.	ago/20	Umbrella Guarantee + Penhor Direito Cred.	21.683.501	12.823.500
Total Não Circulante					21.683.501	12.823.500

Restrições contratuais e covenants

A Instituição possui contrato de empréstimo com o Banco Bradesco S/A que contém determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (*covenants*).

Apesar dos resultados operacionais obtidos pela Instituição nos últimos anos, consolidados e incrementados em 2019, alguns fatores fora do controle da Instituição, especialmente a crise econômica pela qual passa o país, que além dos impactos monetários causou forte impacto nos índices de emprego e renda

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

do público alvo da instituição que refletiram na captação e retenção de alunos, bom como nos índices de inadimplência que geraram deterioração momentânea de alguns índices financeiros da Instituição.

Para todos os casos em que os índices obtidos pela Instituição não satisfizeram as condições restritivas requeridas por contrato, a Instituição renegociou novas condições contratuais adequadas à nova realidade econômica da Instituição, conforme detalhado a seguir:

- Bradesco S/A: Covenants financeiros medidos anualmente:

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	≤ 2,50
EBITDA / Despesa Financeira	> 2,00
Total Ativo Curto Prazo / Passivo Curto Prazo	≥ 0,60

Com base nos resultados projetados para o término do exercício fiscal de 2019, a Instituição verificou a possibilidade de não cumprimento (i) Dívida líquida / EBITDA. Diante disso, a Instituição em 27/06/2019 renegociou o contrato junto ao banco, a ser pago em 58 parcelas até maio/2024, com carência de pagamento do valor principal de agosto/2019 a janeiro/2020.

12. Obrigações trabalhistas

Descrição	2019	2018
Circulante		
Rescisões e Homologações	33.828.827	45.509.667
FGTS a recolher	33.352.270	11.405.264
Acordos Trabalhistas a Pagar	7.754.511	1.328.624
Férias	3.999.303	3.528.519
Salários e ordenados	3.998.215	2.669.692
13º salário	2.402.919	2.099.859
Outros	594.388	274.736
INSS a recolher	268.648	389.972
Total	86.199.081	67.206.333
Não Circulante		
Acordos Trabalhistas a Pagar	565.040	679.820
Total	565.040	679.820

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos, resultando em aumento dos saldos das respectivas contas a pagar. A administração prevê negociações para parcelamentos e/ou reparcimentos dos valores, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição, com o objetivo de regularizar os saldos em aberto. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº31.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

13. Obrigações tributárias

Descrição	2019	2018
Circulante:		
IRRF pessoal a recolher	19.046.596	12.844.754
Outros	164.264	108.365
Total	19.210.860	12.953.119

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações a administração pleiteia parcelamentos e/ou reparcelamentos junto aos órgãos fiscais, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº31.

14. Parcelamentos

Descrição	2019	2018
Circulante		
Parcelamento PROIES-Lei 12688/2012 (a)	3.915.777	2.365.683
Parcelamento PERT da Lei 13.496/2017 (b)	755.117	675.426
INSS a recolher - parcelamento	127.312	129.204
Outros Parcelamentos	84.671	-
FGTS a recolher - parcelamento (c)	-	2.942.384
Total	4.882.877	6.112.697
Não Circulante		
Parcelamento PROIES-Lei 12688/2012 (a)	21.006.548	23.514.548
Parcelamento PERT da Lei 13.496/2017 (b)	5.921.662	6.548.141
Outros Parcelamentos	208.854	-
INSS a recolher - parcelamento	196.014	266.484
FGTS a recolher - parcelamento (c)	-	11.760.341
Total	27.333.078	42.089.514

- (a) Em dezembro de 2012, a Instituição aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), aprovado pela Lei nº 12.688 de 18 de julho de 2012, parcelando os valores não recolhidos de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoal. A adesão ao Proies foi concedida pela Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região, através do Ato Declaratório nº 2, de 26/02/2013, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 Página 20 de 27/02/2013. Conforme suas regras, o pagamento de até 90% desses valores está vinculado à concessão de Bolsas de Estudo nos moldes do Prouni, a serem pagos em até 180 parcelas, com carência de 12 meses. A partir do 2º semestre de 2013 a instituição já concedeu bolsas para a compensação das parcelas iniciais a serem pagas, valores que estão registrados no Ativo Circulante - Contas a receber, conforme Nota Explicativa nº 4;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) através da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21 de junho de 2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu através da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

de 2017, publicada no DOU de 30/06/2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do art. 2o. da referida Lei;

- (c) O saldo em 2018 referia-se aos parcelamentos do FGTS feitos em julho/2016 do 2º semestre/2015 e parte do 1º semestre/2016, e feito em maio/2017 dos valores do 2º semestre/2016 e parte do 1º semestre/2017. Em julho/2019 os parcelamentos foram rescindidos e os valores transferidos para Obrigações Trabalhistas no Circulante, conforme nota explicativa nº 12.

15. Compromissos a pagar

Descrição	2019	2018
Compromissos a Pagar	28.308.724	21.749.593
Total	28.308.724	21.749.593

2018	Captações	Amortizações	Juros	2019
21.749.593	29.413.735	(25.762.730)	2.908.126	28.308.724

Os valores de compromissos a pagar em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

16. Provisões para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido entre 2016 e 2019. As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

	2019			2018		
	Provisão	Depósito e Bloqueio Judicial	Líquido	Provisão	Depósito e Bloqueio Judicial	Líquido
Circulante						
Trabalhistas	20.335.707	-	20.335.707	12.571.000	-	12.571.000
Total	20.335.707	-	20.335.707	12.571.000	-	12.571.000
Não Circulante						
Trabalhistas	12.952.148	(8.177.574)	4.774.574	8.351.418	(2.556.342)	5.795.076
Tributário	1.800.000	(169.504)	1.630.496	1.800.000	(100.772)	1.699.228
Cíveis	454.424	(526.535)	(72.111)	1.499.189	(374.575)	1.124.614
Total	15.206.572	(8.873.613)	6.332.959	11.650.607	(3.031.689)	8.618.918
Total Geral	35.542.279	(8.873.613)	26.668.666	24.221.607	(3.031.689)	21.189.918

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas sobretudo de processos trabalhistas e cíveis. Para a elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.221.607
Movimentação líquida	11.320.672
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.542.279

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

Com base nessa análise, foi revista a estimativa de perda nesses processos o que resultou na mudança de classificação de parte dos valores, de perda provável para possível. As alterações decorreram do melhor entendimento sobre os processos e maior experiência adquirida ao longo do período na sua condução, bem como da expectativa de conciliação em parte das demandas. A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

Descrição	2019	2018
Perdas Possíveis	110.044.642	-

17. Outras Obrigações

Descrição	2019	2018
Circulante		
Contratos de locação (a)	6.885.933	3.632.211
Processos Judiciais Cíveis a Pagar (b)	2.654.696	5.851.454
Valores a Distribuir	687.779	687.778
Contas a Pagar	67.467	75.307
Total	10.295.875	10.246.750
Não circulante		
Processos Judiciais Cíveis a Pagar (b)	8.311.373	5.721.875
Total	8.311.373	5.721.875

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

- (a) Refere-se a contrato de locação com a AIM - Associação da Igreja Metodista, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº29;
- (b) Em 08 de junho de 2006 foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Composição com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel, referente ao pagamento do empréstimo feito pela Asebec - Associação Evangélica Beneficente de Campinas, que foi afiançado pelo instituto e oferecido em garantia as matrículas nº 2692 e 2540 correspondentes ao Campus SBO, de propriedade da AIM - Associação da Igreja Metodista. Como a Asebec inadimpliu o compromisso firmado, o instrumento particular foi executado. No intuito de preservar o patrimônio objeto da garantia, em 13 de fevereiro de 2015 foi assinado acordo com o Banco Daycoval no valor de R\$ 21.445.810, parcelado entre fevereiro de 2015 e março de 2021, com atualização mensal. Em 22 de julho de 2016, o Instituto assinou acordo com a Asebec Associação Evangélica Beneficente, no valor de R\$ 7.500.000, revertendo parte do valor a ser pago ao Banco Daycoval, esse valor será recebido parcelado entre julho de 2016 a janeiro de 2022 e está demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

18. Patrimônio líquido

Descrição	2019	2018
Patrimônio social (a)	(165.708.447)	(133.272.150)
Reserva de reavaliação (b)	3.990.002	4.210.658
Ajuste de avaliação (c)	58.232.074	59.870.986
Total	(103.486.371)	(69.190.506)

- (a) O patrimônio social é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficit e superávit acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (b) A reserva de reavaliação corresponde ao saldo da reavaliação feita em 2006 de todos os terrenos e prédios do instituto, com base em laudo de avaliação de empresa especializada independente. A realização da reserva ocorre mensalmente pela depreciação ou pela baixa de bens;
- (c) O ajuste de avaliação refere-se ao saldo da avaliação realizada em dezembro de 2012 dos terrenos e prédios do Campus Taquaral e Fazendinha, devido à valorização em seu entorno em função dos investimentos constantes na Nota Explicativa nº 9, com base em laudo de avaliação de empresa especializada independente. A realização do ajuste ocorre mensalmente pela depreciação ou pela baixa de bens.

19. Gratuidades

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes para a Educação Básica e 1(uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes para a Educação Superior, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101:

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	2019		2018	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Quantidade de alunos				
Número de alunos matriculados	4175	674	5447	736
Número de alunos pagantes	2971	502	2569	501

Quantidade de bolsistas gratuidade

Bolsistas Integrais (100%)	727	109	1202	132
Bolsistas Parciais (50%)	308	25	372	27
Total bolsistas	1035	134	1574	159

	2019			2018		
	Educação Superior	Educação Básica	Total	Educação Superior	Educação Básica	Total
Bolsas Gratuidade						
Bolsas Integrais (100%)	13.442.890	1.931.173	15.374.063	19.084.302	2.173.666	21.257.969
Recursos próprios	121.285	1.931.173	2.052.458	584.972	2.173.666	2.758.639
PROUNI	13.321.605	-	13.321.605	18.499.330	-	18.499.330
Bolsas Parciais (50%)	2.282.409	244.683	2.527.092	2.761.220	226.166	2.987.386
Recursos próprios	542.731	244.683	787.414	420.696	226.166	646.862
PROUNI	1.739.678	-	1.739.678	2.340.524	-	2.340.524
Valor total de Gratuitades	15.725.299	2.175.856	17.901.155	21.845.522	2.399.832	24.245.355

Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)

Educação Básica e Superior

Outras Bolsas Integrais (100%)	2.641.612	1.059.419	3.701.032	3.266.044	1.387.066	4.653.110
Outras Bolsas Parciais (50%)	7.896.334	1.645.834	9.542.168	11.317.710	2.129.458	13.447.168
	10.537.946	2.705.253	13.243.199	14.583.754	3.516.524	18.100.278

Pós Graduação

Outras Bolsas Integrais e Parciais	2.210.400	-	2.210.400	2.293.477	-	2.293.477
------------------------------------	-----------	---	-----------	-----------	---	-----------

Valor total de Outras Bolsas	12.748.346	2.705.253	15.453.599	16.877.231	3.516.524	20.393.755
-------------------------------------	-------------------	------------------	-------------------	-------------------	------------------	-------------------

Total geral - Bolsas	28.473.645	4.881.109	33.354.754	38.722.753	5.916.356	44.639.110
-----------------------------	-------------------	------------------	-------------------	-------------------	------------------	-------------------

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

20. Receita líquida

Descrição	2019	2018
Receita de ensino	101.638.481	133.272.696
Receita administrativa	2.243.956	1.901.628
	103.882.437	135.174.324
Deduções da receita		
Bolsas concedidas gratuidade - ProUni e Carente	(17.901.155)	(24.245.355)
Outras Bolsas e descontos concedidos	(15.453.599)	(20.393.755)
(=) Receita líquida	70.527.683	90.535.214

No ano de 2019 houve redução da receita, devido ao menor número de alunos matriculados, conforme informado na nota explicativa nº 19, no entanto, a instituição fez reduções nos custos e despesas para ter menos impacto no resultado. A administração vem implantando medidas para maior captação de alunos, conforme nota explicativa nº 1.3 Situação Financeira e Patrimonial e nº 31 Eventos Subsequentes.

21. Custo dos Serviços Prestados

Descrição	2019	2018
Salários	(37.037.185)	(84.673.637)
Encargos	(2.741.201)	(4.392.485)
Benefícios	(1.389.709)	(1.801.894)
Gerais e administrativos	(717.856)	(781.851)
Serviços de terceiros e estagiários	(460.579)	(718.833)
Depreciação e amortização	(281.302)	(264.290)
Outros custos operacionais	(131.621)	(235.537)
Total	(42.759.453)	(92.868.527)

Em 2019 houve redução dos custos com pessoal, devido à reestruturação na folha docente ocorrida em 2018, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 20. Essa reestruturação faz parte das medidas de gestão implantadas pela Administração, buscando a melhoria no desempenho operacional.

22. Despesas com pessoal

Descrição	2019	2018
Salários	(11.772.871)	(13.923.372)
Benefícios	(1.886.088)	(1.773.371)
Encargos	(970.603)	(1.132.907)
Serviços de terceiros e estagiários	(288.890)	(333.534)
Total	(14.918.452)	(17.163.184)

Em 2019 houve redução de despesas com pessoal, devido à implantação da CSC - Central de Serviços Compartilhados, que reduziu a estrutura administrativa do Instituto

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

23. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2019	2018
Energia Elétrica	(2.326.199)	(2.316.080)
Água	(817.268)	(931.614)
Telecomunicações	(562.125)	(261.505)
Material de Uso e Consumo	(421.146)	(716.325)
Manutenção e Conservação	(407.131)	(586.488)
Serviços de Terceiros	(338.609)	(334.024)
Utilidades e Serviços	(214.565)	(233.745)
Propaganda e Publicidade	(93.198)	(780.852)
Total	(5.180.241)	(6.160.633)

Em 2019 houve redução das despesas gerais e administrativas, -conforme nota explicativa nº 22.

24. Outras despesas operacionais

Descrição	2019	2018
Aluguel de imóveis	(4.904.021)	(4.758.896)
Licença e manutenção de uso de software/hardware	(812.844)	(1.112.102)
Custas processuais	(638.867)	(79.139)
Aluguel de equipamentos	(230.521)	(479.317)
Contribuições e associações	(171.922)	(205.204)
Outras despesas operacionais	(131.311)	(188.916)
Viagens e estadias	(30.992)	(83.410)
Consultoria	(24.430)	(176.163)
Total	(6.944.908)	(7.083.147)

25. Despesas financeiras

Descrição	2019	2018
Juros e Multas Passivos - Mútuos	(2.908.126)	(2.111.039)
Juros e Multas Passivos	(2.772.662)	(5.744.638)
Despesas com Encargos de Parcelamentos	(2.695.394)	(4.933.688)
Juros sobre Empréstimos Bancários	(2.484.422)	(2.153.604)
Descontos concedidos	(1.173.185)	(1.782.684)
Comissões	(777.286)	(892.336)
Desconto Obrigatório FIES	(245.932)	(539.994)
Despesas Bancárias	(212.379)	(369.027)
Total	(13.269.386)	(18.527.010)

Em 2019 houve redução nos valores em relação à 2018, porque no ano de 2018 tivemos consolidação de parcelamentos e maior quantidade de recolhimentos de IRRF e INSS s/ salários em atraso.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

26. Receitas Financeiras

Descrição	2019	2018
Juros e Multas Ativos	731.398	678.633
Juros e Multas Ativos - Mútuos	592.634	632.761
Variação Monetária Ativa	247.585	134.087
Descontos obtidos	4.546	5.564
Juros futuros	138	-
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	86	98
Total	1.576.387	1.451.143

27. Instrumentos financeiros

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

28. Cobertura de Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. Bens em comodato e locações

A Instituição através de contrato de comodato cedeu imóveis de sua propriedade à Escola de Música de Piracicaba "Maestro Ernst Mahle" - EMPEM, para que o mesmo utilize no desenvolvimento de atividades educacionais.

Conforme previsão estatutária os bens imóveis da AIM - Associação da Igreja Metodista, quando ocupados por nossa instituição, o serão sob regime de locação, conforme relação dos imóveis abaixo:

Piracicaba - Campus Centro

- a) Prédio Crysantho César
- b) Prédio Centenário
- c) Prédio Rosalie Brow
- d) Prédio Miss Martha Watts e anexo
- e) Prédio Complementar
- f) Prédio Almoxarifado, Manutenção e Casa de Força
- g) Prédio Cantina

Santa Bárbara d'Oeste - Campus SBO

- a) Prédio Principal
- b) Prédio do Laboratório Bloco 2
- c) Prédio do Laboratório Bloco 3
- d) Prédio Refeitório/Manutenção
- e) Laboratório Complementar e Biblioteca SBO
- f) Bloco 5 - Laboratório de Química Industrial/Engenharia Química
- g) Bloco 7 - Cantina
- h) Bloco 9 - Laboratório Mat.Carb./Teatro NUC
- i) Laboratório de Arquitetura e Urbanismo
- j) Atelier de Arquitetura
- k) Laboratório de Informática
- l) Laboratório de Alimentos
- m) Laboratório de Automação
- n) Laboratório de Gestão Ambiental

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

- o) Bloco 17 - Depósito de Materiais
- p) Bloco 15 - Salas de aula
- q) Vestiários
- r) Quadras Poliesportivas
- s) Cabine de Medição/Compressor
- t) Subestações
- u) Passarelas Descobertas

30. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

31. Eventos subsequentes

Diante da decretação de estado de pandemia, pela Organização Mundial da Saúde, em 11/03/2020, e notícias da identificação do coronavírus (COVID19) amplamente veiculadas desde dez/2019, tem sido vivenciado um aumento significativo nas restrições globais com paralisação de diversos negócios e serviços em quase todos os países, além de ordens governamentais que envolvem o isolamento social, incluindo restrição de circulação (“lockdown”), como forma de conter a disseminação do vírus, gerando instabilidade e incertezas sociais, econômicas e relacionadas ao trabalho, além da volatilidade no mercado financeiro.

Visando a reduzir e mitigar os impactos econômicos dessa crise, as autoridades do mundo inteiro promoveram intervenções nas economias de seus países.

No Brasil, através do decreto legislativo nº 6 de 20/03/2020, foi estabelecido estado de calamidade pública e combinado com medidas provisórias de minimização de impactos, na área trabalhista relacionadas à possibilidade de redução de carga horária e suspensão de contrato de trabalho por parte das empresas, com benefício emergencial desemprego pago pelo governo, na área tributária, com prorrogação de prazos de recolhimentos e obrigações acessórias, e na área econômica, para prover liquidez e crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Especificamente no segmento onde atuamos, o Ministério da Educação, autoridades estaduais e municipais, determinaram medidas para mitigar a propagação do COVID-19, inicialmente com suspensão de aulas em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares e posteriormente regulamentando o formato a distância até que se possa retomar o formato presencial.

Diante deste contexto, a Educação Metodista, em 12/03/2020 criou um comitê de crise para levantar e discutir os principais riscos e ações a serem adotadas, que dentre as principais ações, modificou e implementou para todas as unidades e segmentos, com êxito pleno, o regime letivo remoto, em ambiente virtual e colaborativo, com treinamento dos docentes, reforçado por campanhas de esclarecimento e manutenção da comunicação com a comunidade discente, docente e colaboradores. Para as atividades de BackOffice, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS e do Ministério da Saúde do Brasil, quanto à higienização do ambiente físico, cancelamento de viagens e isolamento social, maximizamos as equipes para o trabalho e atendimento ao aluno de forma remota, contando com infraestrutura tecnológica segura para garantir que não houvesse descontinuidade de suas operações e processamento das informações necessárias para o controle de seus processos internos, bem como a manutenção das reuniões prioritárias entre as áreas.

Dessa forma, a partir do dia 23 de março, todas as atividades acadêmicas e administrativas das unidades foram realizadas de maneira remota, no regime de home office pela imensa maioria dos colaboradores

Concluimos que em tempo hábil, nossas ações resultaram na não incidência de contaminação entre nossos colaboradores.

A redução do ritmo nas cidades em que a instituição opera, geraram aumento dos níveis de desemprego e redução da renda da população em geral e poderão prejudicar dessa forma o processo de captação e rematrícula de alunos do segundo semestre de 2020 e posteriores, a depender da efetividade das iniciativas para minimização e contenção do COVID-19 na economia brasileira e nos mercados em que atuamos.

Sob a ótica financeira, a instituição ofereceu aos alunos, cuja renda própria ou familiar foi mais afetada pela crise, opções de parcelamentos de suas mensalidades e o uso de financiamento estudantil com condições diferenciadas em relação ao andamento normal das operações.

Mesmo com o monitoramento intensivo dos impactos do COVID-19, pelo comitê de crise, ainda é prematuro estimar eventuais perdas e possíveis efeitos em suas demonstrações financeiras devido às incertezas ainda existentes sobre o funcionamento da economia e impactos sociais no país no período durante e após a crise, porém, apresentamos abaixo alguns potenciais desdobramentos decorrentes da crise atual em nossas operações e os possíveis reflexos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCLD para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

Riscos financeiros

Aumento das taxas de juros (“spreads”) de mercado em função das incertezas futuras no mercado nacional e internacional e indisponibilidade de capital para prover liquidez às empresas, além da dificuldade de renovação de linhas de crédito e impactos em fornecedores críticos. Adicionalmente, redução da base de alunos ou migração de alunos entre os produtos oferecidos em função do aumento do desemprego e queda na renda das famílias, associadas ao maior volume de crédito ofertado para pagamento de mensalidades e alongamento do prazo de recebimento, com impacto na inadimplência.

A Educação Metodista projeta uma desaceleração da captação e matrícula de alunos em decorrência da pandemia, porém a estimativa de impacto para 2020, até o presente momento, gira em torno de apenas 1% da receita líquida.

Para minimizar maiores riscos, monitora atentamente o impacto de aumento da inadimplência, de isenções decorrentes de serviços não prestados, e as oscilações de mercado ocorridas em função dessas incertezas vis-à-vis a expectativa de geração de caixa para mitigar os riscos financeiros envolvidos. Adicionalmente a instituição está prospectando novos recursos para capital de giro, renegociando as dívidas com bancos e com fornecedores, implementando campanhas mais agressivas para captação de alunos no 2º semestre e recuperação da inadimplência de anos anteriores, e aplicando no que é possível, as Medidas Provisórias editadas neste período de crise, para redução de custos de folha, postergação de prazos, alongamento de parcelamentos tributários e de FGTS na modalidade transação, entre outras.

Decisão judicial subsequente

Na esfera judicial, onde concentram-se riscos significativos, a instituição teve deferido em 06/04/2020, pedido de negociação coletiva, conforme processo no. 0011304-34.2019.5.15.0051, que prevê a liquidação de processos em fase de execução por meio da oferta de 04 imóveis de propriedade de sua instituidora, também envolvida e reconhecida no polo passivo, 31 imóveis próprios e 07 terrenos relativos à participação no empreendimento da TCMEP(

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

avaliados conforme valor de estoque em R\$ 1.326.003), tais bem não são utilizados diretamente na operação do instituto.

Como efeito desta negociação garantimos a suspensão de eventuais ordens de bloqueios de forma a propiciar a continuidade da operação atual e espera-se uma redução drástica dos passivos trabalhistas.

Imóveis próprios ofertados na negociação	Valor contábil
Fazendinha - Rod.do Açúcar, Km 156	3.254.360
Terrenos na cidade de Lins	530.000
Hospedagem - Rua Alferes José Caetano, 1327	225.600
Antigo Escritório Jurídico SBO - Rua João Pedro de Toledo Martins, 220	287.610
Total	<u>4.297.570</u>

Ata de reunião - TCMEP (Investida)

Conforme ata de reunião dos sócios da TCMEP, em 06/05/2020, foram atribuídos 12 lotes à sócia TCDU e 07 lotes ao IEP, no valor de R\$ 1.326.003 (incluídos na negociação dos processos, conforme exposto acima).

Em razão dessa alteração, a receita de venda dos lotes atribuídos ao IEP, serão exclusivas do poder judiciário, após a dedução dos tributos.

32. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 21 de agosto de 2020.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora CRC/SP: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/05/2020.